

# UFRR E O PROGRAMA INCLUIR: uma parceria na inclusão de alunos com NEE no ensino superior

Cinara Franco RECHICO\*

*Universidade Federal de Roraima*

Vanessa Gosson Gadelha de FREITAS\*\*

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima*

## Resumo

O presente artigo refere-se a implementação de uma proposta acerca da inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino superior. Tal propósito foi construído a partir da pertinência e da necessidade de estarmos, como instituição formadora, possibilitando espaços de discussões sobre esta temática. Com isto, a intenção começa a se concretizar através da criação de um núcleo na UFRR legitimando e viabilizando ações de acessibilidade no ensino superior que acaba de ser contemplado no Programa Incluir - 2007.

**Palavras-chave:** ensino superior, inclusão, comunidade universitária.

## Abstract

The present article is concerning to an implementation of a proposal about the inclusion of students with Special Educational Necessities in the graduate education. This proposal was built from the persistence and necessity of being, as an educational institution, possibiliting moments to discuss about this theme. Thinking about it, the idea begins to be concret throuth the creation of a Nucleus in Roraima Federal University, legitimating and viabilizing actions of accessibility in the graduate education that was recently contemplated in the Including Program - 2007.

**Key words:** graduate education, inclusion, university community.

## ***Um espaço em (des)construção na UFRR***

O desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas tem tido crescente importância na atualidade, decorrente de uma série de movimentos em favor da garantia da igualdade dos direitos sociais de participação, acesso e permanência nos vários bens e serviços, incluindo a educação. No entanto, nem sempre as Universidades têm acompanhado essa demanda, tanto no sentido de perceber como a comunidade universitária está vendo esse enredo se difundir na instituição, como também em termos de

espaços que as discussões, as produções de conhecimento, as práticas pedagógicas, as perspectivas e as relações frente a esse processo estão acontecendo.

Perceber este processo implica no reconhecimento e compreensão histórica e conceitual da educação especial, bem como dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Sabe-se que há implícito um modelo de normalidade, contendo corpos e mentes completas, auto-suficientes, disciplinados e belos. Fugir desse estereótipo já pré-estabelecido é tornar-se diferente do normal, é passar a ser rotulado de

ações e do meio social e político.

A presunção de que a deficiência é, simplesmente, um fato biológico que interfere na vida dos deficientes, suas famílias e especialistas está equivocada, pois ela condiz com a própria idéia de normalidade e sua historicidade. Novos discursos estão sendo realizados, reformulando a visão entre deficiência e normalidade e, em conseqüência, correlacionando-as como integrantes de um mesmo sistema de representações e de significações políticas.

Articular esse contexto às pessoas com deficiência nos possibilita transitar pelos diferentes lugares que ocupamos para narrá-las, construindo identidades e sentidos para eles. Como é o caso: portadores de necessidades educativas especiais, especiais, deficientes, esforçados, agressivos, lentos, estranhos, entre outras, que representam a busca em enquadrar os sujeitos em uma rede de sentidos estabelecidos na rede social.

Classificar os sujeitos dentro do “especial”, dentro da identidade deficiente, dentro de práticas pedagógicas de especialistas, dentro de representações que distinguem pessoas “deficientes” daquelas ditas “normais”, viabiliza um discurso que produz efeitos de verdade sobre a necessidade de um trabalho voltado para a normalização da ou na diferença.

A velocidade com que as mudanças vêm ocorrendo na atualidade impõe, na mesma proporção, necessidades de adaptação cada vez mais criativas e ágeis. As circunstâncias hoje experimentadas diferem substancialmente daquelas vividas há poucos anos atrás, quando o modo de se pensar o mundo e as relações entre os homens era

calcado na dicotomia entre o certo e o errado, o bom e o ruim, o normal e o anormal.

Desta forma, a diferença encontra-se intrínseca ao conceito de estranheza e reforça a norma. No entanto os grupos dos anormais, da classe especial ou outro, mesmo estando inserido no mesmo ambiente que os ditos normais em uma escola, continuam ocupando um lugar distinto, passando por representações e situações de exclusão.

Dependendo das relações e das posições que ocupamos na rede social, vivemos momentos de inclusão e/ ou momentos de exclusão, pois esse não é um estado ou situação permanente e, automaticamente, nos reporta e nos permite pensar a inclusão além da deficiência.

Por conta de Políticas Públicas, de informações perpassadas e verdades instituídas, a sociedade encontra-se comprometida neste cenário educacional acerca da inclusão das diferenças. Inclusão esta, que acontece a partir de nosso olhar sobre os sujeitos que perturbam a ordem, que devem ou não ser incluídos, dos que podem ou não servir como norma em relação aos outros.

A trajetória da Educação Especial nos últimos anos delineia um cenário de grandes mudanças na forma como a sociedade e, dentro dela, a educação, entende e lida com a diversidade humana de uma forma geral e com a condição existencial da deficiência, ou seja, as Necessidades Educacionais Especiais em particular: os conceitos e as práticas assumem cada vez mais, um caráter efêmero e de possibilidades múltiplas. Neste sentido, a chamada “crise de paradigmas” atinge diretamente a Educação Especial, colocando em xeque valores e práticas, num forte

movimento de desconstrução dos mesmos, de um lado, e de erguer novas concepções e práticas, de outro.

À luz de uma contextualização histórica, esses pressupostos acarretaram inquietações quanto à realidade das pessoas com NEE no Ensino Superior.

Nesta discussão a universidade, como instituição de formação, tem um relevante e desafiante papel, pois além de estar recebendo alunos em seus cursos de formação com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), precisa trabalhar a diferença cognitiva, social e política das pessoas como uma realidade que, instiga-nos a pensar: Quem são as pessoas com NEE? O que a diferença dessas pessoas representa para mim? Que relação estabeleço com essas pessoas, tanto em âmbito social como profissional? Que papel estabeleço nesse contexto? Dentre outros questionamentos.

E a repercussão do trabalho com as pessoas com NEE voltada para ou na diferença, pode encontrar um alicerce muito significativo na formação dos profissionais, ou seja, pensar a universidade como parte responsável não só de formação, mas de ação-reflexão do que a diferença, a inclusão, o desconhecido, o estranhamento de situações, a prática pedagógica construída, as perspectivas, os anseios, as curiosidades e os desafios podem estar fomentando nesta caminhada. Sabe-se que a UFRR já vem desempenhando ações como: a inclusão de disciplinas da área de Educação Especial nos cursos de licenciatura e o incentivo a produções de conhecimento em nível de ensino, pesquisa e extensão sob esta temática, que são consideradas obrigatórias e encontram-se legitimadas por políticas públicas, que vêm apoiadas desde a LDB 9394/96 e se fortalecem no Plano Nacional de Educação/1999.

Desta forma, a universidade necessita abrir este espaço de discussão, que já está começando, por meio da disciplina de Educação Especial, que é oferecida, de forma obrigatória para o curso de Pedagogia e, optativa para os demais; a inserção da disciplina de Libras nos currículos de licenciatura e formação de professores e, também através dos encontros acadêmicos sob esta temática, como a Semana da Pedagogia (2006.2), cursos de extensão e pesquisas em nível de graduação e especialização na área. Mas torna-se imprescindível que conheçamos nossa realidade, como nossos alunos e professores estão vendo desvelar e acontecer esses fatos, possibilitando-os assim, a pensar como a formação está acontecendo e, que perspectiva, relação e alternativa, tanto a universidade, como eles mesmos, podem estar traçando frente a este contexto, que tende a se aproximar cada vez mais de todos nós como instituição e como sociedade.

É importante que a universidade tenha uma política institucional séria e consistente, para que organize no ensino superior, serviços/ou programas institucionais que colaborem na troca de experiências e na viabilização, sempre que necessário, de estratégias educativas que correspondam às expectativas, necessidades, carências, preocupações e desafios tanto dos alunos com NEE, como dos colegas e professores da UFRR.

Movidos pela necessidade de mapear propostas frente a inclusão na universidade é que buscamos traçar alguns objetivos envolvendo as questões que permeiam nossa instituição sob esta temática:

- Criar um núcleo implementando políticas de acessibilidade para as pessoas com NEE na universidade;
- Ampliar ações de discussões e produções na área de Educação Inclusiva em

âmbito institucional;

- Fortalecer a relação de nossas ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

É com esta intenção que a universidade promove um descortinamento do processo de transição de idéias, possibilitando pensar: que realidade nos cerca e que função estabelecemos nesta relação, para que estejamos caminhando frente a questões que nos instigam e desafiam.

### ***Descortinamento da Inclusão: nossas ações***

A presente proposta terá o intuito de constituir um núcleo, implementando políticas e ações voltadas para as necessidades emergentes tanto dos alunos com NEE, como dos professores, colegas, enfim de toda a comunidade universitária em termos do que a inclusão está suscitando na nossa realidade. Tais metas serão realizadas na Universidade Federal de Roraima.

Com isto, traçamos algumas ações preliminares, que julgamos relevantes para começar o trabalho da discussão e do descortinamento da inclusão na prática institucional.

- Criar um núcleo na UFRR, para apoiar as ações e políticas da instituição;
- Jornal informativo, com a intenção de sensibilizar a comunidade universitária frente a aspectos ligados a temática.
- Seminários de discussões para abordar as questões mais salientes na nossa realidade.
- Evento com convidados da área de Educação Inclusiva, conhecidos nacionalmente para possibilitar momentos de reflexões e atualizações na área.
- Cursos de extensão sob diferentes aspectos,

ou seja, as maiores necessidades do nosso contexto universitário.

- Encontros de produção na área de Educação Especial/ Educação Inclusiva, envolvendo pesquisadores a nível de graduação e especialização da UFRR.
- Suporte técnico, equipamentos e recursos para viabilizar as ações propostas em prol das necessidades elencadas na instituição, no decorrer do programa;
- Grupos de estudo, formado por professores, acadêmicos e técnicos engajados na temática, para subsidiar reflexões e fomentar ações que venham auxiliar no andamento da universidade;

Relatório final das ações realizadas no programa sobre como foi, as metas alcançadas e as reflexões que trouxe em âmbito de universidade.

Espera-se possibilitar um espaço na UFRR que possa ser visto pela comunidade universitária, como um suporte em suas ações, posturas, dúvidas, anseios, perspectivas, enfim, que vá ao encontro da necessidade que nossa realidade instiga.

### ***Nos movendo teoricamente***

Uma sociedade incorporada de atitudes que refletem a defesa da cidadania e do direito à educação dos alunos com NEE é manifestada recentemente. Por meio de medidas isoladas de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos são elencados como fatores integrantes de políticas sociais a partir de meados deste século.

“Ignorando sua longa construção sócio-cultural, muitos têm sido os que entendem a situação atual como resultado exclusivo de suas próprias ações ou de contemporâneos seus” (MAZZOTTA, 2001, p.15).

Em decorrência, cabe ressaltar alguns momentos que marcaram a evolução das atitudes sociais e sua materialização, especialmente aquelas direcionadas para a educação de alunos com NEE. Sob essa ótica, cabe alertar que as situações de atendimento a essas pessoas, num caráter educacional, é referenciada em literatura educacional e em documentos técnicos, mas uma análise mais minuciosa aponta que se trata de situações com propósitos não-educacionais.

Tendo em mente que as coisas e situações desconhecidas, de modo geral, abarcavam temor, a ausência de conhecimento acerca das deficiências contribuiu para que as pessoas com deficiência, por serem consideradas diferentes, fossem vítimas de atitudes ignoradas e marginalizadas. A própria religião teve grande influência, pois, através de sua força cultural, inculcava a idéia da condição humana correspondente à perfeição física e mental. Partindo da premissa de ver o homem como “imagem e semelhança de Deus”, era estabelecida a condição de ser perfeito e aqueles carregados de imperfeições, como o caso dos portadores de deficiência, por não serem considerados “parecidos com Deus”, ficavam à margem da condição humana. Por outro lado, uma reação social amparada no pressuposto de que a condição de “incapacitado”, “deficiente”, “inválido” é imutável, caracterizou uma fase em que a sociedade se demonstrava omissa a qualquer forma de organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população. (MAZZOTTA, 2001)

Quando a sociedade começou a apresentar mudanças de crenças, valores, idéias e meios políticos é que determinadas pessoas (homens ou mulheres, leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não), com o intuito de sensibilizar e propor medidas para atender às pessoas com NEE,

organizaram-se como líderes, representando o interesse desses sujeitos, até então ignorados, e abriram espaços nas diversas áreas sociais a fim de construir conhecimentos e alternativas de atuação a melhores condições de vida de tais pessoas. Algumas ações desses líderes impulsionaram a evolução da educação especial.

Os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com NEE, que repercutiram mundialmente, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e, inclusive, no Brasil, iniciaram na Europa.

Até o final do século XIX, conforme Mazzotta (2001,p 17) diversas nomenclaturas se referiram a esse típico atendimento:

“Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa.”

As medidas e ações educacionais destinadas aos alunos com NEE eram revestidas de vários sentidos, tais como abrigo, assistência, terapia, etc.

Torna-se relevante pontuar que o fortalecimento da idéia de educação para todos impulsionou outros olhares acerca da caminhada da educação especial e, com certeza a contribuição de Comenius teve grande repercussão nos pensamentos que decorreram do propósito de educar todos. Comenius ao referir-se a “todos” está se direcionando a “todas as idades”, aos dois sexos (masculino e feminino) e a distintas situações econômicas. (NARODOWSKI, 2001)

A proposta de educação para a humanidade de Comenius encontra-se intrínseca a duas dimensões: a dimensão sócio-política e a dimensão metodológica. Ambas a serviço da construção social baseada na disciplina e na natureza humana.

Em sua Didática Magna, Comenius aponta

elementos significativos para a constituição do grande projeto de educação da Modernidade. Esse, com seu respaldo, instigará novos discursos pedagógicos posteriores, reforçará sua marca nas produções educacionais devido ser esse o paradigma impulsionador e subsidiador de um caminho universalizante e homogeneizante dos saberes que estão presentes na base da formação dos Homens. (NARODOWSKI, 2001)

Indubitavelmente, esse foi um grande pensador da Idade Moderna, que por sua visão arrojada para uma época que ainda depositava aos reis poder autocrático, teve seu programa democrático de educação e demais idéias como inquietações que, por vezes, mostram-se adormecidas e, por outras, como atualmente, são ferramentas que impulsionam mais interrogações e norteiam o caminho que discute o rumo da educação em busca de novas perspectivas.

E é nesta premissa de buscar novas perspectivas que conhecer as raízes da educação, e contextualizá-las ao presente, pode possibilitar-nos outras formas de ver, compreender e de estabelecer relações.

A inserção da Educação Especial (direcionada aos alunos com NEE) na política educacional brasileira ocorre somente em meados das décadas de 50 e 60 do século XX, decorrentes de fortes influências mundiais.

A partir dos anos 50, o sistema educacional sentiu necessidade de avançar conforme o sistema que o rodeava, surgindo, então, a pré-escola que foi criada com o intuito de oportunizar a escolarização para as crianças negras. Essa concepção de escolarização foi se modificando e ampliando seu patamar a fim de atender uma minoria que se mantinha à parte do meio escolar.

O movimento pela inclusão implantou várias

reformas, fortalecendo-o em vários lugares, como Europa, Estados Unidos e a parte inglesa do Canadá. Esse cresceu significativamente no período pós-Segunda Guerra Mundial, na qual vários soldados foram caracterizados como deficientes e receberam um forte apoio em relação aos seus direitos, grifando a reabilitação como meio essencial para desenvolver a capacidade de produzir.

Em 1979, no México, foi documentada pela primeira vez uma escola que visava a atender a todos. Surgiram muitos documentos que se preocupavam em adotar medidas que combatessem a elitização na escola.

Em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos, discutiu-se a necessidade de que todos os alunos, independente de suas particularidades, freqüentassem a escola, respeitando, assim, o ideal de democratização em âmbito educacional. Vários encontros coordenados, principalmente, pela Unesco, que representava as Nações Unidas, surgiram após essa conferência, até que eles organizaram um documento, assinado em 1993, em que constavam Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência. Esse foi publicado em 1994.

As idéias da Conferência Mundial e da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, numa seqüência histórica, evoluíram gradativamente o pensar de uma educação para todos, instigando novas posturas empenhadas em atuar nesta realidade e, assim, culminando no encontro em Salamanca, realizado na Espanha em 1994. Originou-se, por meio desse evento, a famosa Declaração de Salamanca que frisava princípios de cunho político e relacionados à prática da educação para necessidades especiais, oficializando mundialmente o termo inclusão no campo

educacional, tendo também, por meio desse, a utilização do termo Inclusão e diversos outros relacionados a ela: Educação Inclusiva, Princípio de Inclusão, Políticas Educacionais Inclusivas e outros.

Após as reflexões feitas em relação ao espaço escolar é de fundamental necessidade examinar quem são os alunos excluídos dos movimentos em prol da inclusão. Muitas pessoas, por vezes, classificam o alunado da educação especial como sujeitos excluídos do ambiente escolar. Percebe-se, num retrocesso histórico, uma cruel e discriminada vida que esses sujeitos com NEE levaram, mas a falta de oportunidade de se apropriar do saber e do saber fazer é ponto de exclusão e, nesse aspecto, torna-se um equívoco mencionar apenas os alunos com NEE.

Em discursos da educação inclusiva, veiculados pelas políticas públicas, o conceito de diferença se reduz à diversidade<sup>1</sup>. Nesse patamar, a diferença pressupõe algo negativo que o sujeito porta, algo desviante, não-desejado, incomum, que necessita ser corrigido/normalizado. A escola, com seu caráter normalizador, deve manter em seus procedimentos o firme propósito de apagá-la, de torná-la algo indesejável. Tanto a escola institui o lugar do indesejado, que acaba definindo padrões que referencia e compara aqueles ditos “normais” daqueles ditos “anormais”.

Lopes (2002, p.4) traz a tona uma referência de grande contribuição: problematizar as representações da deficiência dentro do campo da educação é trazer a suspeita para o processo de inclusão. Aqui o problema não será mais que tipo de deficiências os sujeitos “portam”, mas é saber por que em determinado momento histórico-político, para um determinado grupo social, e em função de certas relações ou redes de poderes e saberes,

aquilo constitui um problema.

Falar atualmente de inclusão/exclusão no cenário político e educacional permite-nos pensar sobre uma escola que possa convocar e acolher a todos em suas singularidades, sejam elas psicológicas, sociais, lingüísticas, históricas e/ ou políticas. Essas discussões nos remetem a perversa idéia de distribuir os sujeitos a partir do parâmetro da normalidade, situando-os em termos de fronteiras de localização.

Se, no atual milênio, o homem pode ser visto completamente a partir de certos determinismos (psicológicos, biológicos, econômicos) nos vemos agora interpelados a considerar a alteridade, a partir da própria alteridade, refletindo sobre o saber, que tecemos em relação ao outro – e o tipo de poder que esse saber exerce sobre ele.

É, nesse sentido, que são construídas estratégias de regulação e controle da alteridade a partir de narrativas como: a delimitação e limitação das suas perturbações; a sua invenção sobre os outros; a localização de estabelecer quem pertence ou não a discursos e práticas institucionais; a sua oposição à totalidade da normalidade através da lógica binária; o espaço no estereótipo e produção de identidades fixas centradas, homogêneas, estáveis.

Para tanto, a prática de normalização e de controle social permeiam a educação desses sujeitos, onde as diferenças mascaradamente transitam nesse cenário, por meio de políticas de diferenças culturais. Nesse discurso, a diferença passa a ser identificada como diversidade, pluralidade, como a(s) variante(s) aceitável(is) e respeitável(is) que constitui(em) a normalidade.

Cada vez mais os sujeitos da educação

especial que sofrem conseqüências das práticas de colonização têm se mostrado que as representações sobre suas mentes e seus corpos nem sempre são aceitas como legítimas e, que estão inserindo-se na sociedade lutando por espaços de participação e rompendo com idéias nas políticas de representação.

Na atualidade, o discurso da inclusão educacional e social frente a diferença aparece de forma muito expressiva, calcado em ideais legais que subsidiam teoricamente tal proposta, que valorizam conceitos importantes neste contexto, como o respeito as diferenças individuais, mas cabe a cada um de nós perceber o que a diferença representa e diante disto, qual nosso papel acerca desta realidade, buscando alternativas para trabalhar e conviver com e na diferença.

### Notas

\* Professora Assistente do Centro de Educação (CEDUC) da Universidade Federal de Roraima (UFRR); mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).  
e-mail: [cinararechico@yahoo.com.br](mailto:cinararechico@yahoo.com.br).

\*\* Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR); mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
e-mail: [vanessaggff@yahoo.com.br](mailto:vanessaggff@yahoo.com.br).

<sup>1</sup> A diversidade está inscrita no corpo. É algo visível. A cor dos cabelos, dos olhos, e outros que poderia se nomear.

### Referências Bibliográficas:

CARVALHO, R. E. *Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. *Uma promessa de futuro: aprendizagem para todos e por toda a vida*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

\_\_\_\_\_. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREITAS, S., RODRIGUES, D. & KREBS, R. *Educação Inclusiva e necessidades educacionais especiais*. Santa Maria, Ed. UFSM, 2005.

LEBEDEFF, T.B. *Educação Especial: olhares interdisciplinares*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAZZOTTA, M. *Educação Especial no Brasil*. Cortez Editora, 1994.

MOREIRA, L. C. A universidade e o Aluno com Necessidades Educativas Especiais: reflexões e proposições. In: CASTRO, A. M.; RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. (org.). *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003, p.81-94

OLIVEIRA, I. A. de. *Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da "diferença" e da exclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SKLIAR, C. *Educação & Exclusão; abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. B. & SOUZA, R. M. O Debate sobre as Diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação. In: \_\_\_\_\_. *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre; Ed. Universidade/ UFRGS/ Secretaria Municipal de Educação, 2000, p. 259-276.

TORRES GONZÁLES, J. A. O processo de reconceitualização terminológica: da educação especial às necessidades educativas especiais. In: \_\_\_\_\_. *Educação e Diversidade: Bases Didáticas e Organizativas*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002, p. 103-117.